Racismo e Necropolítica no distrito do Jardim Ângela (São Paulo, Brasil): O território como uma ferramenta genocida do Estado

Denis Martins[1]

"Um lugar onde só tinham como atração:
o bar e o candomblé para se tomar benção,
esse é o palco da história que por mim será contada..."
(RACIONAIS MC'S, 1992)

Andando pela cidade de São Paulo, é notório e simples de perceber que as desregularidades e as disparidades fizeram e fazem parte da produção espacial desse município. Ao transitar pela capital do Estado, percebemos um desenvolvimento urbano binário onde alguns espaços são plenamente atendidos e beneficiados pelos instrumentos e aparelhos governamentais e outros totalmente as margens de direitos básicos de sobrevivência e dignidade. Também se percebe que houve/há uma política que fragmentou os territórios e organizou os indivíduos dentro da metrópole paulistana.

Uma análise simplista ou o puro senso comum pode alegar que a pobreza urbana no município de São Paulo é advinda de um desordenado processo de urbanização, onde o êxodo rural, a industrialização tardia e a concentração financeira foram os maiores responsáveis pela explosão demográfica e pela crise urbana instalada na cidade. Mas se analisarmos com mais cautela e profundidade, perceberemos que a pobreza e essa possível desordem urbanística não são resultados do processo, mas, sim parte integrante dele.

Milton Santos (2012) nos orienta que a "desigualdade social e desigualdade espacial se apoiam mutuamente" (SANTOS, 2012, p. 89). Desse modo, esse tipo de urbanização seletiva que privilegia alguns espaços em detrimento de muitos; que segrega indivíduos devido a sua origem racial/social/ territorial; que orienta os investimentos públicos em favor de grandes empresas; e sistematicamente, por meio de seus mecanismos de desenvolvimento urbano, favorece uma pequena burguesia, atenua a pobreza

[1] Morador do distrito do Jardim Ângela, professor de Geografia da Rede Estadual do Estado de São Paulo, articulador social, participante de movimentos sociais nas periferias do município paulistano, membro da Entidade Rede Quilombação (organização de combate ao racismo), pesquisador pelo CELACC (Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação) e Mestre em Ciências da Humanidade pela EACH-USP.

e fabrica uma grande massa de sujeitos empobrecidos (SANTOS, 2012; KOWARICK, 2000; FERNANDES, 2008).

Para Milton Santos (2012; 2014b) os padrões globais de desenvolvimento urbano forneceram as condições necessárias e específicas para a produção de uma cotidianidade pautada na exploração e na irrestrita reprodução do capital; e esse modelo de expansão capitalista, através da produção do espaço e do aparelhamento do Estado, desencadeou a proliferação da pobreza (SANTOS, 2012; 2014b).

Assim, orientada pelos padrões internacionais de desenvolvimento urbano, a cidade de São Paulo planejou, produziu e distribuiu a pobreza em várias camadas e alocou-a em determinados pontos da metrópole (SANTOS, 2013; SANTOS, 2014b).

Nesse artigo seguiremos a descrição de pobreza efetuada por Milton Santos (2013), que salienta que esse fenômeno não deve ficar restrito somente às questões pessoais, porque essa condição transcende os indivíduos. Tratar desse assunto exige um dinamismo de tratamento, no qual todo o conjunto de fatores é levado em conta, portanto “pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política, acima de tudo! Estamos lidando com um problema social” (SANTOS, 2013, p. 18).

> O termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (SANTOS, 2013, p. 19).

Assim sendo, a pobreza que trataremos nesse escrito é aquela que não está apenas atrelada às restrições de consumo e de conforto proporcionado pela aquisição de objetos artificiais. Estamos lidando com algo muito maior, com uma política administrativa de Estado, arquitetada e desenvolvida através de vários mecanismos e inúmeros aparatos sociais – e no município de São Paulo o espaço foi, e continua sendo, fundamental para a proliferação e a mecanização de uma pobreza dirigida e em dimensões imensuráveis.

Sobre essa questão, Santos (2012) observa que “a presença de numerosos pobres e a fabricação incessante de pobres na cidade são fatores fundamentais para esse resultado que estamos analisando” (SANTOS, 2012 p.

99). Para além dessa análise, o autor também garante que a mega concentração e a manutenção da pobreza são inerentes ao sistema ao qual estamos inseridos.

> A existência de uma diversidade de modelos de circulação, distribuição e consumo assegura a manutenção do esquema. De fato, nos países subdesenvolvidos, a magnitude do crescimento demográfico urbano tem um papel relevante sobre o mercado. Se os pobres, pela precariedade de suas rendas, têm uma demanda menos frequente, o seu número, sempre crescente, traz consigo um efeito de compensação. Se estivessem espalhados pelo território ou, mesmo, subdivididos em pequenas aglomerações, os custos de distribuição da produção do que consomem seriam muito elevados (SANTOS, 2012, p. 100).

Santos (2014a) observa a racionalidade desse projeto e aponta que nada foge aos padrões do capitalismo mundial e, dentro dessa perspectiva, considera que “a cidade é essa heterogeneidade de forma, mas está subordinada a um movimento global. O que se chama de desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado” (SANTOS, 2014a, p. 73). Assim, para o autor, nada escapa ao projeto normativo de globalitarismo[2], tudo é arquitetado pelas forças do capital hegemônico, inclusive a pobreza, portanto, “poder-se-ia falar também, num empobrecimento planejado. Onde os pobres não têm voz no processo: são apenas as vítimas” (SANTOS, 2012, p.132).

Dessa forma, podemos considerar que os processos de urbanização e de desenvolvimento social e econômico, promovidos pela cidade de São Paulo, não ocorreram de modo desordenado, não foi uma produção anárquica e, muito menos, um fenômeno destacado da totalidade global. Esses movimentos seguiram rigorosamente os ordenamentos e as diretrizes da política de reprodução do capital internacional/nacional; atuaram de forma organizada e decisiva para a perpetuação das desigualdades espaciais; e através do aparelhamento do Estado, forjaram a pobreza e o racismo, ambos estruturantes, estruturais e sistêmicos.

> O grande erro é considerar a urbanização como uma variável independente e não o que realmente é: um epifenômeno. Com efeito, a cidade é o lugar privilegiado do impacto das modernizações, já que

[2] Para Milton Santos (2000), a Globalização e suas violências macro estruturais invadem todos os espaços do planeta e impõe a sua perversa lógica, um verdadeiro totalitarismo em escala global, ou seja, para o autor, vivemos em uma época muito mais de Globalitarismo do que de Globalização.

> estas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima. O processo é velho, mas agravou-se recentemente (SANTOS, 2013, p. 26).

O município de São Paulo, atualmente, possui cerca de doze milhões de habitantes[3]; devido ao processo de industrialização tardia, modernizou-se e foi elevado ao patamar de centro econômico do Brasil; possui o PIB bruto de R$ 687.035.889,61 e com uma renda per capita de R$ 57.071,43[4]; o município é considerado um dos pontos mais ricos e desenvolvidos da América Latina e também um imenso polo de investimento financeiro; mantém no centro de seu território uma das bolsas de valores mais importantes do mundo, a Bovespa; conta com uma imensa rede de mobilidade, a cidade detém uma frota de mais de dezessete milhões de automóveis[5] e mais de 155.000 ônibus para atender toda sua população e sua malha urbana[6].

Todo esse crescimento econômico e estrutural não foi acompanhado pelo desenvolvimento humano e social, ainda que o último censo de 2010 mostre que o município tem um IDH de 0,805[7], um índice muito alto e semelhante ao de países desenvolvidos, há de se notar que esse dado não reflete a totalidade da realidade concreta, pois há uma imensa desigualdade de distribuição de recursos e equipamentos urbanos.

Muitas autoras e autores, dentre eles CARNEIRO, 2018, GONZALEZ, 1982; FERNANDES, 2008; LIMA, 2010; MELLO, 1994; MOURA, 1994; MUNANGA 2016; NASCIMENTO, 2007; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2012, WERNECK, 2016, consideram que no Brasil o cerne da desigualdade social é o racismo contra os descendentes dos povos africanos, alegam que o racismo é o estruturante da sociedade brasileira, um verdadeiro projeto político que, através do elemento “raça”, produziu e organizou as relações humanas e a distribuição espacial.

---

[3] Fonte IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panoramaacessado em 11/04/2020 às 7:02.

[4] Fonte IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panoramaacessado em 11/04/2020 às 7:21.

[5] Fonte: IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/22/28120 acessado em 11/04/2020 às 7:40.

[6] Fonte: IBGE: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/22/28120acessado em 11/04/2020 às 8:05.

[7] FONTE: PNUD Brasil: http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/indice de desenvolvimento humano Municipal, 2010/ todos os Estados do Brasil acessado em 11/04/2020 às 11:07.

Um racismo perpetuado por inúmeras ações históricas e renovado pelos incontáveis vínculos sociais que condicionou os afro-brasileiros a uma generalizada condição de precariedade; a um estado absoluto de matabilidade; uma progressiva zona de vulnerabilidade; e imprimiu sobre os corpos negros o estigma de existências descartáveis e passíveis de extermínio.

O racismo, como política discriminatória, foi uma das ferramentas utilizadas para forjar a organização dos espaços, dos lugares e, consequentemente, dos indivíduos dentro do município paulistano. Dessa maneira, a pobreza nesse território não é heterogenia, não é monolítica, e muito menos aleatória. Em São Paulo, a pobreza tem lugar, e acima de tudo tem cor, o lugar da pobreza hegemônica é nas periferias e a sua cor é negra (CARNEIRO, 2018, FERNANDES, 2008; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2012).

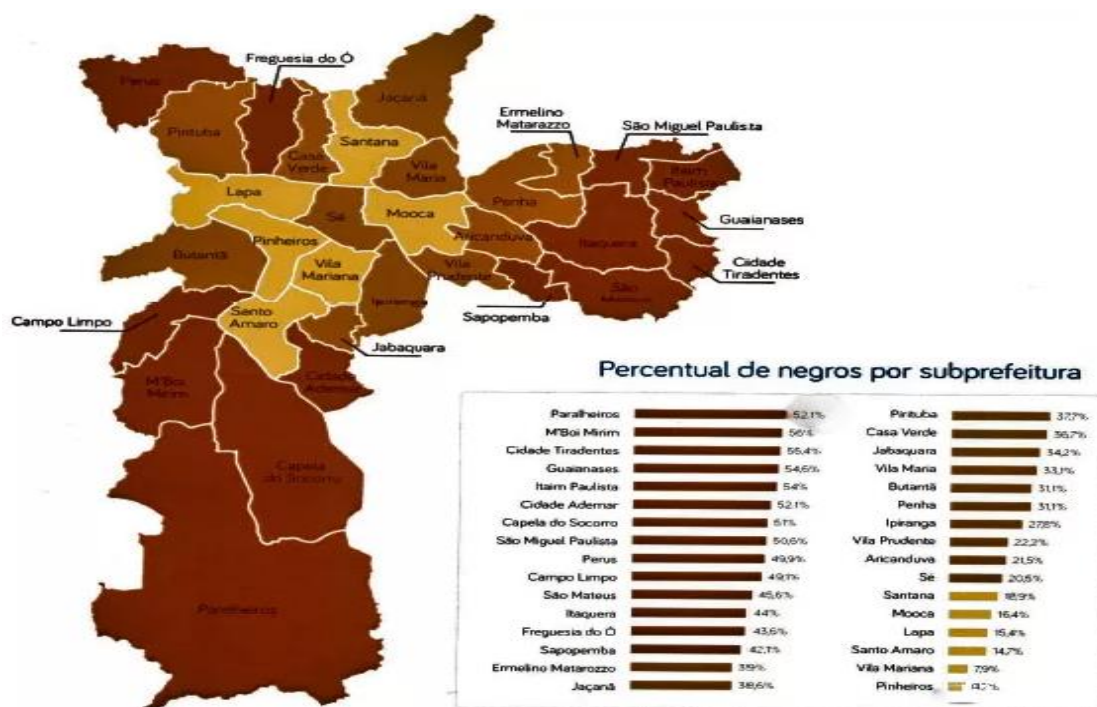
Lélia Gonzalez (1982) considera que foi produzida uma política administrativa de Estado muito eficaz, uma rede de relações organizadas a fim de barrar e limitar a ascensão dos negros, zonear racialmente o território e definir o lugar do negro e sua posição na escala social dentro do município. Para a autora, "a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social" (GONZALEZ, 1982, p. 89-90).

Em outras palavras, no município de São Paulo, e também no Brasil, a desigualdade econômica e classe não dão conta de explicar o abismo social existente entre negros e brancos. O racismo faz parte da organização política, é estrutural e inerente a sociedade brasileira como um todo.

> Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado: ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais em que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social (GONZALEZ, 1982, p.98).

Assim como Gonzalez (1982) afirma, a figura abaixo ilustra como a cidade de São Paulo obedece a um padrão de zoneamento racial muito bem definido, onde os brancos se concentram nas regiões centrais, com maiores

índices de desenvolvimento humano e os negros nas regiões periféricas e menos desenvolvidas.

Figura 1. Concentração da população no município de São Paulo

Fonte: IBGE – Censo demográfico 2010

Como demostrado na figura acima, no município de São Paulo os estruturantes da organização espacial dos corpos contaram com o elemento “raça” como fundamento central de sua politica de distribuição do espaço. Percebe-se que a maior concentração de população negra encontra-se nas extremidades da cidade, lugares geralmente insalubres, com poucos investimentos em infraestrutura urbana; regiões que apresentam baixo índice de desenvolvimento humano e altos níveis de vulnerabilidades.

Com esses dados, percebemos que, dentro do município de São Paulo, existe um modelo de zoneamento racial muito bem definido e explícito; e que, os padrões de discriminação racial e espacial persistem sendo as bases da distribuição dos corpos dentro do território paulistano.

Nessas condições, há de se aceitar que o racismo e a discriminação racial, tão necessariamente, promovidos para o brutal processo de escravização dos povos africanos (BITHENCOURT, 2018), mesmo após a

abolição, persistiram nas entranhas da sociedade, foram perpetuados dentro das relações sociais e se manifestam de forma concreta sobre o território paulistano.

De acordo com as nossas pesquisas, esses condicionantes de desigualdades; os estruturais processos de desregularidades espaciais; e todos os marcadores sociais da exclusão, que são salientados pelo racismo estrutural, produzem uma política administrativa de Estado, que em seu horizonte, mantém corpos negros como elementos passivamente desclassificáveis e atrelados a um sistema de abundantes e diretivos dispositivos de diferenciação que são o motor do desenvolvimento territorial, social, econômico e político da cidade.

Aqui chegamos a um ponto crucial: por meio da análise dos conceitos levantados, elementos e também dos dados da figura 1, acreditamos que da época colonial até o mundo atual, a cidade de São Paulo seguiu um padrão racialmente distinto; uma organização social que desde sempre os corpos negros estiveram no cerne do processo de barbárie, banimento, exploração e destruição (CARNEIRO, 2018, FERNANDES, 2008; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 2007, NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2012).

No município de São Paulo, os negros foram envolvidos em uma trama mortífera, uma verdadeira necropolítica, organizada pelo Estado e pela pequena burguesia branca, que desde sempre, perpetua-se no poder e mantém uma política de extermínio e opressão racial, onde na topologia das violências da cidade estão os afro-brasileiros. Assim como no colonialismo o racismo e o escravismo foi uma máquina de moer gentes (RIBEIRO, 2015), na modernidade a necropolítica é uma fábrica de eliminação em massa dos negros que estão sujeitos a um permanente estado de exceção e em latente condição de corpos descartáveis (MBEMBE, 2018).

Essencialmente a necropolítica é uma política centrada na produção de um dirigismo mortífero e na eliminação em massa de segmentada parcela da sociedade. É uma estrutura muito complexa de administração e de controle que determina a organização social dos corpos e produz uma conjuntura de deteriorização, repúdio e destruição de sujeitos que são considerados descartáveis pelo poder soberano. (MBEMBE, 2018).

Achille Mbembe (2018) considera que para manter a reprodução das relações capitalistas, é necessário promover uma verdadeira "instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações inteiras" (MBEMBE, 2018, p. 11). Para o autor, o desmantelamento material e imaterial dos corpos e das relações humanas não é obra isolada ou fruto de políticas administrativas que fracassaram em seus propósitos, pelo contrário, o extermínio e o massacre daqueles considerados o "bando do soberano"[8] são, racionalmente, estruturados através de medidas que desprezam essas predeterminadas vidas.

Sendo o soberano (Estado) aquele que pode violar suas próprias proibições, sua força destrutiva – atrelada aos dispositivos de disciplina e negação da vida – produz uma política voltada para o controle social através do gerenciamento da morte. Uma lógica inversa e perversa de violação de estigmatizados corpos e segmentadas existências humanas, uma política administrativa voltada exclusivamente ao genocídio (MBEMBE, 2018).

Dessa maneira, o soberano (Estado) representa a violação e a transgressão de todos os limites e, por meio da política, o poder da soberania dissemina a morte em larga escala e exerce o seu direito legítimo de matar. Mbembe (2018) também reconhece que o bando do soberano é o seguimento social que está sempre na emergência do estado de exceção e de sítio e essa relação de inimizade gerada pelo poder do soberano, produz um inimigo ficcional, uma vida nua[9], um corpo amaldiçoado e matável, e contra esse que foi escolhido como "o Outro" tudo é legítimo, lícito e justificado (MBEMBE, 2018).

---

[8] Para Agamben (2002) o bando do soberano é uma parcela da sociedade que tem todos os relacionamentos sociais rompidos, menos a relação de exceção com o soberano (Estado), abandonados pelo *nomós* da soberania, essas existências foram incluídas em uma conjuntura social que os excluem, uma inclusão exclusiva. "Aquilo que é capturado no bando soberano é uma vida humana matável e insacrificável: o homo sacer. Se chamamos vida nua ou vida sacra a esta vida que constitui o conteúdo primeiro do soberano (...) justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono" (AGAMBEN, 2002, p.91).

[9] Para Agamben (2002), o soberano (Estado) é o único legalmente capaz de decidir entre a sacralidade da vida e da morte, assim, exerce seu poder de decisão de acordo com seus interesses. A produção da vida nua (*Homo Sacer*), uma existência absolutamente descartável, se politiza através de sua própria matabilidade, a politização dos corpos consiste na categorização e no isolamento da vida matável e insacrificável.

Mbembe (2018) também afirma que a produção de uma ideologia racial foi um crivo decisivo para a reprodução sistemática da biopolítica e para a produção de uma política genocida de Estado, ou seja, para o desenvolvimento da necropolítica. Através do racismo, o projeto político de soberania do Estado se edificou e dividiu a sociedade em dois compartimentos, duas estruturas sociais racionalmente e racialmente distintas.

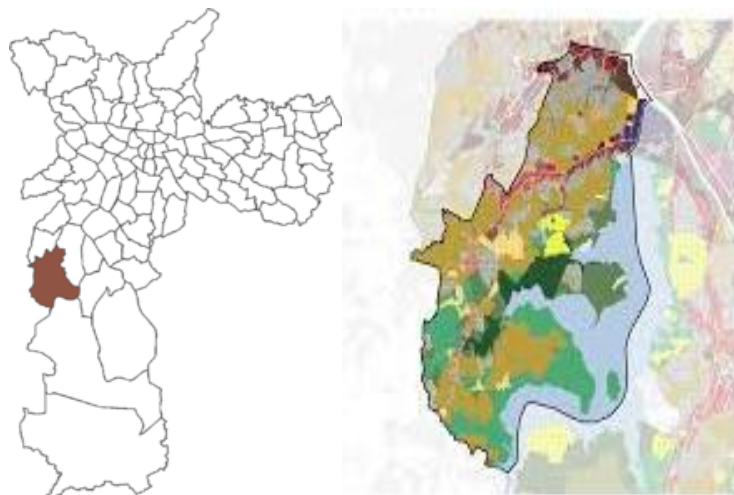
> Que a “raça” (ou, na verdade, o racismo) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas Ocidentais, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou da dominação a ser exercida sobre eles. (...) Na economia do biopoder, a função do racismo é regularizar a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018, p. 18).

Neste momento vale recuperar a última parte da citação acima, “na economia do biopoder, a função do racismo é regularizar a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 18). Assim sendo, o racismo é, sim, um projeto político, um plano de Estado e acima de tudo, um sistema de poder. Proliferando e organizando as mortes a necropolítica se apropria desse racismo de Estado para decidir quem deve viver e quem precisa morrer.

O necropoder, poder sobre a morte, também se manifesta dentro de uma estratégia de ordenamento territorial, causando o desmantelamento do corpo social, potencializando e direcionando as ações corrosivas de eliminação populacional, a necropolítica. Após realizar a segregação espacial e, desse modo, selecionar os corpos que devem viver e aqueles que precisam morrer, a necropolítica produz uma estrutura diretiva de extermínio em massa (MBEMBE, 2018).

A partir do esquadrinhamento territorial são construídos condicionantes sociais que atuam para a deterioração espacial e para o massacre biofísico daqueles indivíduos, considerados pelos mecanismos da soberania moderna como seres descartáveis, corpos indignos de existência e passíveis de todo e qualquer tipo de violência (AGAMBEN, 2002; FOUCAULT, 2007; MBEMBE, 2018).

O distrito do Jardim Ângela atende a todos os requisitos acima citados. Estrategicamente localizado no extremo sul da Zona Sul de São Paulo, é uma região empobrecida pelos processos históricos e por políticas públicas; um lugar zoneado pelo elemento racial, socialmente vulnerável, territorialmente precário e muito distante dos benefícios oferecidos pelo governo municipal. Hoje, em 2020, o distrito do Jardim Ângela é composto por 84 bairros e vilas[10], possui 334.057 habitantes[11], uma extensão territorial de 37,4 quilômetros quadrados e uma densidade demográfica de 7.899 habitantes por quilômetro quadrado[12].

Figura 2. Representação atual do distrito do Jardim Ângela

Fonte: Gestão Urbana SP – Prefeitura de São Paulo

[10] São eles: Alto da Baronesa, Alto da Riviera, Balneário Dom Carlos, Baronesa, Chácara Bandeirantes, Chácara Flórida, Chácara Santa Maria, Chácara Sonho Azul, Cidade Ipava, Cumbica, Estância Mirim, Estância Tangará, Jardim Ângela, Jardim Aracati, Jardim Boa Esperança, Jardim Capela, Jardim Clara, Regina, Jardim Coimbra, Jardim Copacabana, Jardim das Flores, Jardim Europa, Jardim Fraternidade, Jardim Fujihara, Jardim Guarujá, Jardim Gustavo, Jardim Herculano, Jardim Horizonte Azul, Jardim Imbé, Jardim Kagohara, Jardim Maria Emília, Jardim Mariane, Jardim Nakamura, Jardim Planalto, Jardim Ranieri, Jardim Recreio, Jardim Reis, Jardim Remo, Jardim Rio Douro, Jardim Rosa Maria, Jardim Santa Margarida, Jardim Santa Zélia, Jardim São João, Jardim São José, Jardim São Lourenço, Jardim São Manoel, Jardim Solange, Jardim Sônia Regina, Jardim Tamoio, Jardim Tupi, Jardim Turquesa, Jardim União, Jardim Vale Verde, Jardim Vera Cruz, Jardim Wanda, Loteamento Vila do Sol, M'Boi Mirim, Miami Paulista, Morro do Índio, Parque Bologne, Parque Cristina, Parque das Cerejeiras, Parque do Lago, Parque Maria Alice, Parque Novo Santo Amaro, Parque Santo Antônio, Parque Santo Edwiges, Parque Universitário Espírita, Sapato Branco, Vila Bom Jardim, Vila Caiçara, Vila Calu, Vila Damaceno, Vila Dom José, Vila Dona Meta, Vila Gilda, Vila Jaci, Vila Nagibe, Vila Remo, Vila Santa Lúcia, Vila São Judas e Vila Sol. Gestão Urbana SP – Prefeitura de São Paulo (2020).

[11] SEADE – Perfil dos municípios paulistas. http://www.perfil.seade.gov.br/. Acessado em 22/04/2020 às 11h22min.

[12] Prefeitura de São Paulo, in: Dados demográficos dos distritos pertencentes às Subprefeituras. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758. Acessado em 22/04/2020 às 11h45min.

Os índices sociais desse distrito ainda estão muito abaixo da média nacional e municipal. Os processos históricos, políticos, culturais e geográficos da cidade de São Paulo fizeram com que o distrito do Jardim Ângela desenvolvesse um alto grau de vulnerabilidade social.

Neste artigo, consideramos vulnerabilidade social como uma série de condicionantes urbanos que possam gerar risco social a indivíduos ou grupo populacional, um conjunto de fatores multidirecionais e multicausais que impactam, direta e indiretamente, nas condições de existência dos sujeitos e dos territórios (SANTOS, 2013; 2014b).

Tabela 01: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social por grupo de vulnerabilidades anos 2000

Localização	Grupo 1 Baixíssima Vulnerabilidade (% da população exposta)	Grupo 2 Vulnerabilidade Muito Baixa (% da população exposta)	Grupo 3 Vulnerabilidade Baixa (% da população exposta)	Grupo 4 Vulnerabilidade Média (Urbanos) (% da população exposta)	Grupo 5 e 6 Vulnerabilidade Alta e Muito Alta (Aglomerados Subnormais Urbanos) (% da população exposta)
São Paulo Município	13,3	39,5	17,2	13,6	15,4
Distrito Alto de Pinheiros	82,8	17	-	-	-
Distrito de Moema	99,2	0,8	-	-	-
Distrito Jd. Ângela	-	7,5	28,1	11,1	53

Legenda: (-) fenômeno inexistente

Fonte: Fundação Seade - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2000. (Tabulação própria).

Ao apresentar números tão distintos e diferenciados de vulnerabilidades sociais e estruturais, a tabela 1, confirma nossas alegações e também ratifica a imensa desigualdade social e racial contida na cidade de São Paulo.

A tabela 01 aponta que no distrito do Alto de Pinheiros, localizado a cerca de dezessete quilômetros (17 km) de distância do distrito do Jardim Ângela, as zonas de vulnerabilidade baixa, média, alta e altíssima são inexistentes, ou seja, 100% desse território tem acesso à cultura, educação, habitação digna, saneamento básico, alimentação e a um conjunto de fatores que garantem a seguridade biofísica de seus 41.421 habitantes[13] que, segundo o IBGE (2010), em sua maioria são alemães, portugueses, estadunidenses, austríacos e suíços e seus descendentes – podemos dizer, em outras palavras, brancos.

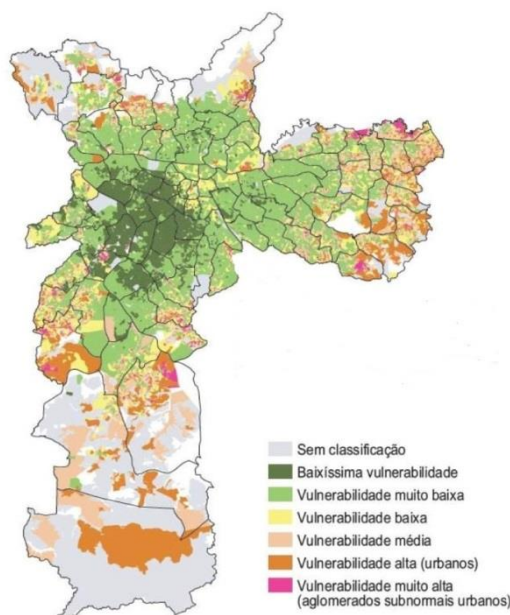
O distrito de Moema, localizado a cerca de apenas dez quilômetros (10 km) de distância do distrito do Jardim Ângela, também nos apresenta uma impressionante salubridade social e territorial, com 99,2% do seu espaço situado no grupo de baixíssima vulnerabilidade, seus 88.515[14] moradores gozam da paz, da segurança, do lazer, do acesso à cultura, de uma rede de proteção social e toda a conjuntura de privilégios e benefícios que é oferecida e mantida pelas forças municipais/estaduais que zelam pela manutenção permanente dessa ordem e desse horizonte harmonioso.

O distrito do Jardim Ângela, diferente dos anteriores, não conta com nenhuma zona de baixíssima vulnerabilidade social, desse modo, segundo a tabela 01, nenhuma parte desse território é 100% segura e salubre. Além disso, somente 7,5% de sua população encontra-se no grupo de muito baixa vulnerabilidade e uma grande parcela 64,1%, residem em áreas de média, alta e altíssima vulnerabilidade; isso significa que, nesse território, cerca de 212.000 seres humanos, ou seja, dois terços (2/3) da população local, de alguma forma, são negligenciados, espoliados e ineficientemente atendidos pelas forças municipais/estaduais.

Esse padrão de zoneamento, que privilegia os distritos centrais e a população branca, produz no cerne da sociedade paulistana um abismo social e uma macro organização das disparidades raciais, estruturais e políticas. Essa lógica de desenvolvimento se manteve através do tempo e praticamente dividiu a cidade de São Paulo em duas.

---

[13] Rede Nossa São Paulo (2018)
[14] Rede Nossa São Paulo (2018)

Figura 3: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)
Município de São Paulo 2010

Fonte: Fundação Seade - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 2010.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social de 2010 aponta que esse mecanismo de disparidades, desigualdades e de subdesenvolvimento dirigidos a determinadas regiões da cidade de São Paulo se manteve em 2010. Desta maneira, locais historicamente beneficiados pelas forças governamentais, cuja, vale sempre lembrar, que a maioria da população é branca, rica e descendente de europeus, continuam em pleno desenvolvimento territorial e humano, enquanto regiões que sempre foram negligenciadas e abandonadas pelo governo paulistano conservam-se em um permanente estado de exceção, desprezo e marginalidade.

Envoltos e sujeitos a imensuráveis tipos de vulnerabilidades, sua população negra, pobre e de descendentes de africanos escravizados é condicionada a sobreviver atrelada a um cotidiano de espoliações, brutalidades e violências sistêmicas.

Os dados trazidos pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social 2000 (IPVS-2000/2010), atrelados aos conceitos de Santos (2013), Moura (1994), Kowarick (2000) mostram que esse projeto de cidade que abandona certos indivíduos e regiões e privilegia outros; que exclui grande parcela da população, meramente por estar inserida em um planejamento estratégico de

desenvolvimento urbano; que racializa sujeitos e territórios colocando-os em condições de estado de exceção e absoluta condição de violência e matabilidade, fez parte da organização socioespacial do município de São Paulo, uma comprovada necropolítica onde os corpos negros e os territórios periféricos estão na topologia das crueldades e são os alvos dessa política segregacionista, mortífera e genocida.

Para Mbembe (2018), junto com a segregação, é criado também o "imaginário da soberania", ou seja, é difundida uma atmosfera de meritocracia e medo dentro de toda a sociedade moderna, induzindo o pensamento popular a considerar o bando do soberano, aqueles que foram selecionados, separados e abandonados pelo Estado, como os inimigos sociais, pessoas fracassadas, preguiçosas e pré-dispostas a acabar com uma suposta paz social.

O perigo dessa ideologia consiste na indução generalizada da opinião pública em julgar a morte desses indivíduos como uma saída viável e garantida da construção e da manutenção de uma sociedade mais organizada, mais progressiva e mais segura. Assim, "a racionalidade da vida passa pela morte do outro; a soberania consiste na vontade e capacidade de matar a fim de viver" (MBEMBE, 2018, p. 20).

> A percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança, é este, penso eu, um dos muitos imaginários de soberania, característica tanto da primeira quanto da última modernidade (MBEMBE, 2018, p. 19-20).

A manifestação do necropoder, o poder de morte sobre a vida alheia, se dá através da justificativa e da desumanização da morte do outro; assim, o extermínio deste inimigo imaginário, o Outro, transforma-se em garantia de estabilidade, equilíbrio e sobrevivência do corpo social. Através da necropolítica e seus aparatos mortíferos, a morte dos sujeitos estigmatizados é autorizada, serializada, mecanizada e até, de certo modo, desejada pela sociedade.

> O longo processo de desumanização e de industrialização da morte, sendo uma de suas características originais a de articular a racionalidade instrumental e a racionalidade produtiva e administrativa

> do mundo ocidental moderno (a fábrica, a burocracia, a prisão, o exército). Mecanizada, a execução em série transformou-se em um procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido. Esse processo foi, em parte, facilitado pelos estereótipos racistas e pelo florescimento de um racismo de classe (MBEMBE, 2018, p. 21).

Mbembe (2018) alega que na necropolítica, o poder do soberano sobre a morte pertence ao Estado, é ele quem classifica vidas e decide sobre as condições de sacralidade e matabilidade dos corpos. Para o autor, esse poder atua de modo direto sobre o espaço, produzindo necessidades, atenuando as desigualdades territoriais, gerando uma atmosfera de violência e um processo contínuo de eliminação em massa. Assim sendo, a necropolítica tem o objetivo "de provocar a destruição máxima de pessoas e criar 'mundos de morte', formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhe conferem o estatuto de 'mortos-vivos'" (MBEMBE, 2018, p. 71).

Mais um modo de aferir a necropolítica, essa estrutura operacional da morte contida no cerne da produção do espaço periférico do distrito do Jardim Ângela, é analisando a expectativa de vida nesse distrito, vejamos na tabela 2.

Tabela 02: Idade Média ao morrer no município de São Paulo 2018[15]

Distrito	2016	2017	2018
Itaim Bibi	77,7	78,6	81,50
Alto de Pinheiros	79,6	77,7	81,49
Consolação	76,7	78,9	81,40
Jardim São Luís	59,2	62,0	63,81
Capão Redondo	58,4	59,7	62,98
Jardim Ângela	54,7	55,7	60,32

Fonte: Rede Nossa São Paulo. Mapa da desigualdade 2016, 2017 e 2018. (Tabulação própria).

[15] Média de idade com que as pessoas morreram, por local de residência. A média é obtida a partir da divisão da soma das idades ao morrer pelo total de óbitos por todas as idades, ocorridos em determinado ano e localidade.

A tabela 02 confirma o que já foi dito nesse artigo, que há um padrão mortífero na cidade de São Paulo, pois ela mostra que os indivíduos que vivem no Jardim Ângela tendem a viver 21 anos menos do que os sujeitos que habitam os distritos do Itaim Bibi, Alto de Pinheiros e Consolação. Vale lembrar que não estamos lidando com grandes distâncias espaciais, são poucos quilômetros que separam essas populações.

Quando lidamos com os dados, conseguimos comprovar que a realidade fúnebre e perversidade da necropolítica, produzida e organizada pelos mecanismos de administração pública, não gera mortes aleatórias, mas, sim eliminações diretivas. Através da análise dessas informações e dos estudos sobre a territorialidade distrital, podemos averiguar que esse modelo sociopático de organização espacial e de ocupação do solo, prejudica e deteriora, principalmente, os espaços periféricos e sua população negra.

Através de nossas pesquisas e dos dados apresentados, acreditamos que o distrito do Jardim Ângela é o que Agamben (2002) classifica de espaço de exceção e seus habitantes são o que o autor denomina de vidas nuas. Assim, território e sujeitos estão enrolados como um arabesco, unidos pelo abandono, pela espoliação, pelo descaso e na condição absoluta de desprezo e matabilidade.

Esse projeto de cidade e de sociedade, definitivamente, não favoreceu o distrito do Jardim Ângela e seus moradores. Como apresentado neste artigo, essa região está na topologia das crueldades sistêmicas do município de São Paulo; os altos índices de vulnerabilidades estruturais sempre acompanharam esse território; a produção histórica e incessante de vidas nuas e de um mundo de mortes torna esse lugar um perigoso ambiente possibilitador de violências múltiplas e transforma seus habitantes em alvos centrais de uma política racista, classista e genocida, uma genuína necropolítica.

Essa organização do espaço urbano, e consequentemente dos indivíduos, além de favorecer uma pequena elite branca, produziu uma cidade fragmentada, injusta e orquestradamente violenta. A violência estrutural do capital, que foi marca do colonialismo e do escravismo, agora é fundamental para o desenvolvimento da necropolítica e do racismo de classe que, desde sempre, atuou para reproduzir sua lógica de destruição em massa dentro das favelas, dos becos e das vielas do Distrito do Jardim Ângela.

Os dados são frios e não dão conta de irem para além dos números, mas se pensarmos de modo empírico e empático, veremos que viver 60 anos no distrito do Jardim Ângela é muito diferente do que viver 80 anos nos distritos do Itaim Bibi, Alto de Pinheiros e Consolação. Porque viver no distrito do Jardim Ângela é: pertencer a um espaço de violência (MBEMBE, 2018); é estar em um território de exceção permanente (AGAMBEN, 2002); é conviver com a dor; com o medo real da violência e da brutalidade do Estado, com a falta de dinheiro e sem as condições essenciais de existência digna; é resistir sem saneamento básico; é não ter um atendimento justo de saúde; é não ter acesso a uma Educação pública com o mínimo de qualidade; é suportar a impossibilidade de realizar seus desejos de consumo, de viagem e de estudos.

Além disso, habitar nesse extremo da cidade é adaptar seu corpo a poucas horas de sono e longas viagens, em pé, dentro dos transportes coletivos; é ser usuário de um transporte público ineficiente e lotado de pessoas nessa mesma situação de esfacelamento biofísico; é ter sua vida condicionada ao trabalho braçal e a uma baixa renda; nascer, viver e morrer no distrito do Jardim Ângela é subordinar sua existência a um emaranhado de situações espoliativas; é estar em um estado latente de atenção e dialogando frequentemente com a morte; em resumo, ser um cidadão desse distrito é ser uma vida nua, um corpo desprovido de valor social, descartável e em condição absoluta de matabilidade dentro de um permanente estado de exceção. E é por meio dessa constatação que se evidencia a discrepância, nesse mundo de morte, entre viver 60 anos num bairro e 80 noutros.

É como diz um grande expoente e poeta da região, Mano Brown: “O mundo é diferente da ponte pra cá!” (RACIONAIS, 2002).

Referências bibliográficas

AGAMBEN, G. Homo Sacer: **o poder soberano e a vida nua.** 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002

BETHENCOURT. F. **Racismos: das cruzadas ao século XX.** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida.** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes, vol.I.** São Paulo: Global Editorial. 2008.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Rio de Janeiro: 34ª Edição. Editora Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007.

GONZALEZ, L. **Lugar do negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**, Editora 34. São Paulo, 2000.

LIMA, M. **Desigualdades raciais e políticas públicas: Ações afirmativas no Governo Lula, 2010.** In: Revista Novos Estudos 87, julho de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf. Acesso em setembro de 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**, Editora n-1. Rio de Janeiro, 2018.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MUNANGA, K. **O negro de hoje.** 2ª edição. São Paulo: Editora Global, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e racismo. In: RATTS. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Editora Imprensa oficial, 2007.

NASCIMENTO, A. **O genocídio Negro no Brasil, processo de um racismo mascarado.** 3º edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016

RACIONAIS MC's. **Pânico na Zona Sul.** São Paulo: Zimbabwe. LP (29 min), 1990.

_______________. **Da ponte pra cá.** São Paulo: Cosa Nostra. Cd e LP (110 min.), 2002.

RIBEIRO. D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil,** Editora Global. São Paulo, 2015.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar.** São Paulo: Edusp, 2014a.

________. **Metamorfose do Espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia.** 6ª edição. São Paulo: Edusp, 2014b.

________. **Pobreza urbana.** 3ª edição. São Paulo: Editora Edusp, 2013a.

________. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Editora Record, 2000.
________. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo.** 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2012.
WERNECK, J. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**, 2011. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp - content/uploads/2016/04/ FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf. Acesso em 01 de Setembro de 2019.